

# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MOITA

## ACTA Nº 8

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas vinte uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia em sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto um – Apreciação, discussão e votação da Transferência de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias – Decreto Lei nº 57/2019 de 30 de Abril**

**Ponto dois -- Apreciação da Atividade da Junta de Freguesia e informação financeira referente aos meses de Abril, Maio e Junho de 2019.**

A Assembleia iniciou-se com o período “antes da Ordem do dia”, tendo a Presidente da Assembleia informado os deputados: da substituição dos deputados Jorge Maques e Ana Santos do MPM, respetivamente por Hugo Henriques e Neusa Silva do mesmo movimento e o deputado Paulo Marques da CDU, pela deputada Juliana Costa, do mesmo partido Político. De seguida a Presidente procedeu á leitura do correio recebido, nomeadamente uma carta da Assembleia de Freguesia da Junta da Marinha Grande, a solicitar ao Município da Marinha Grande a intervenção na constituição do Conselho Municipal Segurança da Marinha Grande, para integrar este concelho, conforme deliberação da Assembleia de Freguesia.

De seguida a Presidente da Mesa da Assembleia, informou os deputados que a leitura da ata número sete, apenas será colocada à aprovação na próxima Assembleia em virtude da mesma conter um lapso na data da realização da mesma.

A Presidente ainda antes da Ordem do dia, deu a palavra ao deputado Ilídio Carlos, para questionar o Presidente se está ao corrente das obras que a empresa Molde Matos está a realizar, nomeadamente na rua da Almoinha Velha a colocação das estacas no tuvenan, tendo o Presidente respondido que a Administradora Isabel Matos já se tinha deslocado à Junta de Freguesia para falar com ele, não sabendo se é esse o assunto, mas por desencontro ainda não falaram, mas que já têm o numero de telefone dela, para agendar um encontro com a mesma e que então vai solicitar todas as informações sobre este assunto. O deputado Ilídio Carlos questionou também o Presidente sobre a substituição dos candeeiros da iluminação pública, para saber da paragem da substituição dos mesmos, ao qual respondeu que a única coisa que sabe é que são para substituir todos, agora o prazo e os timings desconhece.

De imediato se entrou no período “Ordem do Dia”, com a apreciação e votação dos seguintes pontos da ordem de trabalhos desta Assembleia:

**Ponto um - Apreciação, discussão e votação da Transferência de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias – Decreto Lei nº 57/2019 de 30 de Abril.**

O Presidente transmitiu à Assembleia a decisão da Junta de Freguesia da Moita, na qual foi votada a proposta que vão levar a votação desta Assembleia de Freguesia, nomeadamente não aceitar esta transferência de competências, dado o timing, a falta de tempo (meio do ano) e ter de aceitar todas ou nenhuma competências.

A Presidente da Mesa, depois de ouvir as várias opiniões dos deputados, colocou a mesma à votação, a qual foi rejeitada por seis votos contra, sendo três do MPM dois da CDU e um do Mais Concelho e dois votos a favor e uma abstenção do PS. Os deputados do MPM apresentaram declaração de voto, transcrita no final da ata.

**Ponto dois -- Apreciação da Atividade da Junta de Freguesia e informação financeira referente aos meses de Abril, Maio e Junho de 2019.**

A presidente da mesa deu a palavra à Neusa Silva, que questionou o Presidente da Junta de freguesia, sobre a situação do Posto Médico da Moita, dados os últimos acontecimentos de incerteza que foram gerados na população, ao qual o Presidente da Junta respondeu que o mesmo continua aberto os dois dias por semana, com um médico e um funcionário, o problema foi a falta de funcionário administrativo e a médica estava de férias e em breve será colocado um funcionário administrativo que está em formação. A mesma deputada também questionou o Presidente sobre a conclusão das obras da Escola Primária, tendo sido respondido que o prazo para a conclusão das mesmas está previsto para o fim de outubro.

O deputado Hugo Henriques questionou o Presidente da Junta Freguesia sobre o ponto de situação dos arruamentos, ao qual o Presidente respondeu o seguinte:

- a) Rua do Olheirão, a informação do Vereador Caetano, é que o início das obras em um de Julho do corrente ano;
- b) Rua da Sapinha, o parecer para a reabilitação da rua foi assinado no passado dia dezoito de junho pelo Vereador Carlos Caetano, vai ser aberto concurso e consultadas três empresas. Após conclusão e adjudicação da obra, o prazo para a execução das mesmas é de trinta dias e terá um custo de cento e sessenta e nove mil euros;
- c) Travessa das Baixas, na reunião com o Vereador Carlos Caetano e que juntou a Eng<sup>a</sup> Inês Marques e Susana, este salientou a necessidade da requalificação desta mesma rua, passando-se o mesmo com a Travessa Padre Franklim, cuja requalificação até é mais necessitada. O Vereador concordou e comprometendo-se num futuro muito próximo serem requalificadas as duas Travessas referidas;
- d) Passeios em mau estado, informou a Eng<sup>a</sup> Susana desta situação. A Câmara comprometeu-se a enviar o material para executar estas reparações, sendo as mesmas executadas pelo pessoal da Junta de Freguesia depois de receber o material.
- e) Árvores secas em volta da Igreja, informamos a Eng<sup>a</sup> Susana desta situação pois não é a Junta de Freguesia que têm pessoal com estes conhecimentos para estas tarefas, a Eng<sup>a</sup> ficou de ver a melhor altura para a plantação das árvores, provavelmente na próxima fase de plantação ou nos primeiros três meses do próximo ano.

Mais questionou o deputado Hugo Henriques qual a situação da aquisição dos terrenos junto à Capela, ao que de imediato o Tesoureiro disse estar tudo na mesma, referindo que este assunto é sempre discutido quando se dirigem às reuniões da Câmara. Por fim o deputado Hugo Henriques questionou se a Junta tinha algum tipo de planeamento para os próximos seis meses, porquanto, a percentagem realizada do Orçamento é muito pequena, o que leva a deduzir que está tudo bem. O Presidente da Junta respondeu que o executivo tem intenção cumprir o orçamento.

A Presidente da Mesa depois de não haver mais questões dos deputados, passou de imediato para o Público, e foi dada a palavra á única pessoa presente o Sr. Ricardo Oliveira que questionou se Travessa da Cerveira tinha saneamento, ao qual foi respondido que não, estando no entanto a ser estudada essa situação.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Assembleia pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai pela Presidente e Secretários ser assinada.

#### TRANSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VOTO

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MOITA			
<b>DECLARAÇÃO DE VOTO</b>	Moita 27 de junho 2019	21:30	
Assunto: <b>Transferência de Competências para a Freguesia de Moita</b>			

A Transferência de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias - Decreto Lei nº 57/2019 de 30 de abril - é uma oportunidade da Junta de Freguesia de Moita em se afirmar nas suas funções e de vir a prestar um melhor serviço à população moitense.

Na verdade, a partir do ano de 2021, as transferências de competências da Câmara da Marinha Grande para a Junta de Freguesia de Moita passam a ser definitivas e obrigatórias por lei, ou seja, daqui a dois anos.

Na verdade, no caso da Junta de Freguesia de Moita, esta transferência de competências é simples, pois na sua maioria já são assumidas há muitos anos por este e anteriores executivos. É o caso da gestão e manutenção dos espaços verdes; a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; a manutenção e reparação do mobiliário urbano; a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; a manutenção dos espaços envolventes da escola;

Mas mesmo as que há a acrescentar são bem-vindas para a autonomia e desenvolvimento da freguesia. Por isso, o atual executivo da Junta só tem de ter a vontade de as assumir.

É esse o vosso papel, ajudar a desenvolver a freguesia e satisfazer as necessidades da população.

Além do mais, a Lei obriga a que a transferência de competência da Câmara para a Junta, sejam acompanhados de recursos (equipamentos, recursos humanos e financeiros).

Ora esta é a melhor oportunidade para que se assuma um compromisso a longo prazo com a população moitense, para que um dia estas competências, que neste momento são protocoladas com a Câmara, não ponham em causa o encerramento da junta de freguesia de Moita.

Rejeitar esta transferência de competências, é um erro estratégico deste atual executivo e que pode comprometer a freguesia e a sua população no futuro, não acautelando os interesses dos moitenses.

Se nos dão atualmente esta possibilidade, conferida por Lei, que se aceitem já essas competências de imediato e vamos trabalhar em prol da população; caso contrário, é estar a desresponsabilizar-se que não há condições e não protegerem a freguesia e a população.

Por isso, somos a favor da transferência de competências para a Junta de Freguesia de Moita, e os deputados do MpM votam contra a proposta deste executivo de não as aceitar.

Moita, 27 de junho de 2019

Os deputados MPM

Henrique Alexandre

Hugo Henriques

Neusa Silva

Moita, 27 de junho de 2019

A Presidente da Assembleia



O 1º Secretário



O 2º Secretário

